

"IRMÃOS: UMA HISTÓRIA DO PCC"

"BROTHERS: A HISTORY OF THE PCC"

José Fernando Toledo Paniago^{1 2}

O etnógrafo urbano, pesquisador e professor da Universidade Federal de São Carlos Gabriel Feltran se dedica à pesquisa das dinâmicas sociais, políticas e de mercado nas periferias urbanas brasileiras, é pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e do Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Publicou dois livros: *Fronteiras de Tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo* (Unesp/CEM, 2011) e *Irmãos: Uma história do PCC* (Companhia das Letras, 2018). O último, objeto da presente resenha, foi escrito a partir de mais de vinte anos de pesquisa de campo de longa duração nas periferias de São Paulo e outras cidades.

Na obra *Irmãos*, Feltran expõe um modelo explicativo sobre a natureza da organização PCC e traça um panorama histórico sobre a facção. Sua observação a partir das periferias de São Paulo permitiu identificar a forma de organização do PCC e sua influência na lógica de funcionamento dos bairros onde atua. Para atingir o objetivo de pesquisa, foram realizadas inúmeras entrevistas com moradores, membros do PCC, policiais civis, militares e federais, líderes comunitários, além de análises de notícias, reportagens e documentos oficiais.

O livro é dividido em duas partes, “Parte um – A sociedade secreta” e “Parte dois – A política de expansão do crime”, e contém notas, apêndice com o estatuto do

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UNESP-Marília. Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP-Marília. <https://orcid.org/0000-0003-0799-0062>.

² A presente resenha foi produzida no âmbito do projeto “Regularização fundiária e participativa em bacia hidrográfica piloto na represa Guarapiranga”, coordenado pela CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) e financiado pela FAPESP, processo nº 2019/05865-6.

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14.n2.p105-110>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

PCC e um balanço do autor intitulado “Sobre este livro”. Os fatos e características apresentados não seguem sequência cronológica, mas podem ser divididos em quatro eixos principais: conceito, histórico, princípios e atores e economia. Uma tese principal e outras duas subsidiárias são apresentadas na obra: (i) quanto à natureza da organização PCC, (ii) sobre a redução de homicídios no estado de São Paulo nos anos 2000, e (iii) sobre a instrumentalização da política de segurança pública do estado pelo PCC.

O conceito sobre a organização é apresentado no primeiro capítulo da primeira parte, “Maçonaria do crime”. Segundo o autor, o PCC consiste em uma sociedade secreta cuja finalidade é a unificação dos atores do mundo do crime para seu fortalecimento e obtenção de êxito na luta contra o “sistema”, este entendido como o conjunto do Estado, das polícias e do sistema prisional, divergindo de interpretações usuais que o classificam como entidade mercantil ou militar. Do ponto de vista estrutural, assemelha-se à Maçonaria, cujas relações entre membros apresentam forte coesão interna.

Enquanto sociedade secreta, os membros do PCC devem agir de forma discreta, segundo um código normativo próprio e rigoroso, e as ações militares ou ganhos econômicos devem servir à causa: são um meio para atingir o fortalecimento da organização, não um fim, o que difere de facções como o Comando Vermelho carioca, com estrutura de mando piramidal e centralizada, limites territoriais claros e militarizados e domínio financeiro sobre outros operadores de mercados legais ou ilegais.

Do ponto de vista histórico, Feltran traça um panorama da organização desde sua fundação aos principais eventos e sua situação atual. Na “Parte dois – A política de expansão do crime”, o capítulo cinco, “Antes do PCC”, aborda a formação da cidade de São Paulo e a relação entre a urbanização e o aumento da criminalidade. Segundo o autor, parcela relevante da população paulista foi constituída por imigrantes brancos (árabes, japoneses, italianos etc.) e migrantes nordestinos negros. Os primeiros ascenderam socialmente por conta de maior acesso a serviços públicos e crédito para moradia, enquanto a parcela de nordestinos negros se periferizaram, dando origem a um quadro de enorme desigualdade entre centro e periferia na cidade.

Esse processo, *pari passu* às crises econômicas e à reestruturação produtiva dos anos 1980, fez a violência urbana e o número de homicídios explodirem na década seguinte. Nesse contexto, o capítulo “Cadeia e rua, mesmo ritmo” mostra como o massacre do Carandiru – entrada à força de policiais naquela unidade prisional com o objetivo de debelar rebelião que teve como resultado a morte de 111 presos – alterou a política de segurança pública do estado de São Paulo e representou importante incentivo para a criação do PCC, em 1992.

Com a intenção de dar uma resposta à sociedade, o governo paulista endureceu o combate à criminalidade e tomou três medidas importantes: aumento significativo da construção de presídios, interiorização destes pelo estado e aumento massivo do encarceramento. O número de presídios saltou de 30 em 1990 para 170 em 2018, e a população carcerária de 40 mil presos em 1993 para 225 mil em 2017.

Feltran defende que tais ações não obtiveram êxito e foram instrumentalizadas pela facção, com a conquista de mais membros nos presídios e expansão da atuação e ideologia por todo o estado. Em 2001, a partir de conflito interno, rebeliões foram deflagradas simultaneamente em 29 unidades prisionais no estado de São Paulo e marcaram um ponto de inflexão na estrutura do PCC, denominada pelo autor como a “revolução interna”: descentralização de poder e instituição da igualdade entre os membros.

Em 2006, a facção empreende diversos ataques a prédios públicos e a morte de 40 policiais, o que tem por efeito a reação da Polícia Militar e a morte de 168 pessoas, em números oficiais, e 493 segundo levantamento do jornal Estadão. O capítulo “Paz tem preço” mostra a expansão do PCC para outros estados brasileiros com o objetivo de aumentar sua influência em outros territórios.

A partir da década de 2010, a expansão ocorreu relativamente sem resistência, por meio de acordos com facções rivais como o Comando Vermelho, situação que se altera em 2016, com rompimento do acordo e chacinas em presídios de Roraima, Amazonas e Ceará. A partir daí, facções como FDN (Família do Norte) acirraram sua resistência ao PCC, o que aumentou significativamente a violência nesses estados.

Feltran explica que, com o surgimento do PCC, os presos se organizaram em torno da facção e instituíram regras rigorosas de convívio no interior dos presídios, como a interdição do estupro, da morte considerada injusta e do uso do *crack*. Ao se organizarem, criaram um meio de interlocução com agentes penitenciários e diretores dos presídios. Essa auto-organização conferiu legitimidade à facção, que passou a principal entidade reguladora das relações entre os presos.

Além disso, é possível colocar o líder Marcola como um marco na estrutura e organização do PCC. Feltran mostra a importância do líder na chamada “revolução interna”, em 2001, quando instituiu os princípios de descentralização e igualdade na organização, com a criação das chamadas “sintonias”, nomes dados às posições ocupadas pelos membros e que gozam de certa autonomia de ação. Por conta de tais reformas Marcola é considerado o responsável pelo caráter de sociedade secreta que o PCC passou a ter.

O segundo capítulo, “O que está embaixo é como o que está no alto”, mostra ainda a definição pelo líder dos objetivos principais da facção: “ordenar a vida daquele que vivia preso às amarras da natureza, da violência” (FELTRAN, 2018, p. 49) e “quebrar a máquina do sistema não por meio da política ou dos direitos, mas pelo crime” (ibidem, p. 50), sendo “sistema” o termo para designar o conjunto do Estado, as polícias e o sistema prisional paulista.

No capítulo “A justiça do PCC”, o autor expõe o funcionamento do mecanismo informal de justiça criado pelo PCC. Enquanto reguladora da ordem social, a facção delibera sobre os conflitos e decide as penas e sanções mediante os “debates”, marcados por ampla argumentação das partes. Segundo agravantes e atenuantes, as punições podem variar de advertência verbal (briga entre casais ou entre adolescentes) a espancamento e expulsão (erros cometidos em assaltos ou “alcaguetagens”³) e até homicídio. Este é evitado ao máximo e decidido após amplo debate e consenso. Tal sistema é construído sobre a forte crença em um ideal transcendente de justiça e correção de conduta.

O autor defende a tese subsidiária de que o sistema de justiça instituído pelo PCC teve como efeito a redução nas taxas de homicídio em São Paulo, que representou decréscimo de 70% nos anos 2000. Segundo ele, a explicação oficial de que a redução se deve ao aumento de investimento nas polícias militar e civil é equivocada, porque, nesse caso, a redução deveria ter sido observada também em outros tipos de crimes, como latrocínio e roubo. O que contribui para reforçar sua tese é que a redução dos homicídios foi localizada nas periferias, atingindo um perfil específico de jovens, homens, negros e periféricos. O dispositivo de justiça instituído pelo PCC, cuja eficiência e disponibilidade a todos conquistou alto grau de legitimidade entre a população periférica e acabou por interromper a “cadeia de vinganças privadas” vigente anteriormente.

Portanto, o *modus operandi* da facção pode ser resumido em: expansão silenciosa com regulação de mercados; política de igualdade e ausência de jugo, o que garante estrutura de sociedade secreta; esclarecimento por meio dos debates do que é considerado o certo a se fazer, cuja decisão é comunicada aos outros irmãos, não imposta como ordem; compromisso com a “causa”; a autoridade é conquistada pela reputação e pelo prestígio, mais por inteligência que por força; a facção baliza suas ações pela experimentação. Assim, o autor a classifica como uma sociedade estamental baseada na honra e tendo como sustentáculo a masculinidade. Além disso, a noção de humano presente entre os membros do PCC, segundo o sociólogo, não é universalista,

³ Termo que designa o ato de delatar parceiros, dar informações para a polícia ou cometer algum tipo de atitude considerada como traição.

porque é tido como tal aquele que age de modo considerado correto perante os outros indivíduos da comunidade, sejam eles membros da facção ou moradores das favelas.

Do ponto de vista econômico, Feltran combate a crença divulgada, em geral pela imprensa, de que o PCC monopolizaria o tráfico de drogas no Brasil. Segundo o autor, há milhares de “microempresários” do crime espalhados pelo Brasil, a maioria não mapeados pelo Comando. Além disso, é próprio da maneira de lidar com os negócios do PCC não dominar um ponto de droga pela força, mas regulá-lo pelo tabelamento de preços e imposição de seu código normativo.

Por outro lado, os “megaempresários” da droga não pertencem necessariamente à facção e não há a necessidade de pagamento de porcentagem do lucro dos negócios de um “irmão” ao PCC. Os negócios pessoais e da facção são autônomos entre si, o que explicaria a rápida expansão do PCC, se comparado a outras siglas do crime. Sua *práxis* criminal está fortemente assentada na criação de uma rede de confiança e segurança entre os operadores, pela troca de favores e pela exigência do cumprimento estrito das regras de conduta. Assim, a atuação da facção no tráfico de drogas pode ser resumida em três pontos: “presença de integrantes atuando comercialmente, regulação político-moral dos mercados e estabelecimento de preços comuns” (ibidem, p. 93).

O livro é escrito em linguagem simples e acessível a um público não especializado, composto por narrativas ao modo *storytelling* e referências a letras de músicas de figuras populares, como os cantores Jorge Ben Jor e Mano Brown. Se é possível indicar uma crítica, a obra se estende mais do que o necessário em algumas narrativas, que poderiam ser mais sintéticas, o que não deprecia seu importante caráter informativo, principalmente por se tratar de livro-reportagem e de divulgação científica, iniciativa que deve sempre ser incentivada.

REFERÊNCIA

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 318 p.

